

*Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal
30 de setembro de 2019
Ata n.º 3*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Victor Manuel Santiago Tavares; José Manuel Oliveira Carvalho; Arménio de Almeida Cêrca; Francisco José da Silva Ferreira; Sara Sandra Resende Tavares; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Miguel da Silva Oliveira; Rui Filipe Coelho Costa; António Dias Oliveira; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Toni Pedro Ribeiro Martins; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins; Elisabete Costa Pequeno; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que os Membros Nuno Manuel Marques Pereira (Aveiro) e Henrique César Vasconcelos Rodrigues Moreira (Ovar) pediram substituição, estando presentes nos seus lugares, Sara Sandra Resende Tavares (Aveiro) e António Dias Oliveira (Ovar).

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Paulo André Silva e Silva; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva (*justificou*); José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; João Cândido da Rocha Bernardo; Sérgio Daniel Santos Morais (*justificou*); Manuel de Oliveira Reis (*justificou*); Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão (*justificou*); António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Reflexão e debate sobre a Estratégia da Região de Aveiro para o QFP Europa Pós-2020 (com a presença do Pró-reitor da UA, Prof Filipe Teles).

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Turismo.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Justiça.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área dos Fundos Comunitários e Captação de Investimento.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área das Associações de Bombeiros.

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação.

Ponto 7 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde.

Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Transporte em Vias Navegáveis Interiores.

Ponto 9 - Apreciação e Votação da 2ª Revisão ao Orçamento/GOP 2019.

Ponto 10 - Apreciação e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2019.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Reflexão e debate sobre a Estratégia da Região de Aveiro para o QFP Europa Pós-2020 (com a presença do Pró-reitor da UA, Prof Filipe Teles).

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que houve um acordo entre o Governo, as Autoridades de Gestão, as Áreas Metropolitanas e todas as Comunidades Intermunicipais, no âmbito dos atos preparatórios para o próximo quadro comunitário de apoio, de não realizar novas estratégias, apenas trabalhar na revisão e atualização das existentes. Informou que muitos



dos projetos que estamos a desenvolver, nas várias tipologias, têm futuro no próximo quadro plurianual de apoio. Foi decidido manter a parceria com a Universidade de Aveiro para a elaboração deste trabalho e abrir a discussão do tema, a reflexão e a partilha, para a elaboração de uma nova versão do documento até ao final do presente ano civil.

Filipe Teles (Universidade de Aveiro) referiu que esta é uma oportunidade para provocar o debate, revisitar o processo passado sete anos, identificar um conjunto de prioridades para a região, enquadrá-las com a estratégia nacional e perceber as novas oportunidades da Comissão Europeia. Referiu que não fazia sentido uma estratégia nova, uma vez que a anterior foi desenhada para um horizonte de médio/longo prazo. Propõe-se a avaliação das condições de partida desta nova estratégia, após a avaliação do contexto regional, de validar as opções tomadas, identificar lacunas e novos objetivos, bem como oportunidades para o futuro.

A anterior estratégia foi elaborada em 2012/2013, um período crítico em Portugal, de maior impacto da crise; atualmente, em função da experiência, das escolhas feitas e dos processos utilizados, importa aferir que melhorias são necessárias incorporar e quais as novas opções a tomar. A nova estratégia deve garantir a articulação com a estratégia nacional, bem como com os 5 objetivos da Política de Coesão pós-2020: uma Europa mais inteligente; mais verde e hipocarbónica; mais conectada; mais social; e mais próxima dos cidadãos.

A EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2030 incorpora a valorização e as oportunidades das questões ambientais e o plano de ação deverá materializar-se nas seguintes áreas temáticas: Serviços e o Bem-estar; Território; Economia; e Governança, com as respetivas subáreas de ação, que revisitam os objetivos estratégicos anteriores, para as quais os contributos a receber nesta fase de trabalho de elaboração da estratégia são fundamentais. A agenda da sustentabilidade é transversal a todas as áreas e não específica, de acordo com as orientações da Comissão Europeia. Referiu que nenhuma estratégia pode incluir tudo, havendo opções a tomar e que não é uma resposta às oportunidades de financiamento, mas sim de prioridades para a região, reiterando que não faz sentido rever tudo.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) sugeriu acrescentar ao plano de ação, no eixo serviços e bem-estar, a componente “Ciência”, nomeadamente, a sua relação com a Comunidade e o Cidadão. Referiu que não viu nenhuma referência a “Vias”, sendo uma questão que preocupa a região.

Considerou, em termos gerais, um plano bastante positivo, com linhas interessantes para o desenvolvimento regional, focando os temas principais que preocupam a região.

Hilário Santos (Águeda) considerou que a mobilidade coletiva requer um investimento muito superior, num transporte público renovado, sendo uma área relacionada com a neutralidade carbónica. Relativamente ao Turismo, considerou que há um crescimento exponencial, centrado em Aveiro e seria importante pensar ao nível da região, como um todo e não apenas nas zonas costeiras. Considerou que temos uma zona serrana muito importante para explorar e para isso também deve contribuir uma boa rede de transportes.

Pires da Rosa (Aveiro) considerou que os transportes não estão minimamente implementados na região e que são uma grande necessidade da população, sendo esta uma questão central, que está relacionada com a descarbonização, a sustentabilidade, a economia-circular, a mobilidade, a descentralização e a cooperação intermunicipal. Sublinhou a questão do Turismo, que cria atratividade, mas para isso temos de ir à frente. Questionou se existe algum índice de realização das várias estratégias anteriores e se há algum projeto âncora pensado, que permita perceber qual a vontade política dos Municípios e quais os projetos-chave para o futuro.

José Carvalho (Anadia) saudou o trabalho realizado, a abertura para o debate e a aposta na continuidade. Alertou para alguns aspetos metodológicos, designadamente, as sinergias e o alargamento a outras áreas, com uma maior integração. Recordou que temos uma mancha florestal elevada, geradora de receita e que terá de ser enquadrada nas alterações climáticas. Sugeriu a integração, ou reorganização, do Turismo nas várias componentes, designadamente, termal, sénior, cultural, ambiental, desporto, que assim terá uma maior dimensão temporal e não será apenas sazonal, na época de praia.

Filipe Teles (Universidade de Aveiro) referiu que algumas das notas que foram sendo referidas já estavam presentes no programa anterior e não estão destacadas pela fase em que se encontra a atual estratégia, mas que não podem deixar de constar no Programa 2020/2030: a economia do turismo, com a preocupação de não identificar uma atividade económica específica e a inscrição no plano de fatores distintivos do território, com a devida interligação do turismo aos transportes. Relativamente à mancha florestal considerou que é demasiado importante para ser esquecida, designadamente pela valorização ambiental, pelos seus recursos endógenos, pela oportunidade económica, pela sustentabilidade e como serviço eco sistémico. Concluiu referindo que é necessário fazer o exercício de verificar o que está feito, o que



necessita de ser melhorado, o que não precisa de constar na estratégia futura e quais as novas áreas de atuação.

O Presidente do CI lembrou o que foi refletido para o PNI – Plano Nacional de Investimentos 2030: a requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga e respetivos Polos; as Vias para a Competitividade, no âmbito do PIMTRA; a Ria/Defesa Costeira/Alterações Climáticas e a Polis II, que incluirá os rios e integrará o Município de Anadia; e a Ferrovia, na ligação Aveiro-Águeda. Considerou que esta não é uma estratégia só para ir buscar financiamento comunitário, pretende-se um mapeamento das ações de forma realista. Informou que há operações que continuarão a ter financiamento no próximo quadro comunitário, designadamente, o Porto de Aveiro, o Parque de Ciência e Inovação e o Baixo Vouga Lagunar.

Sobre as questões do Turismo, referiu que o contributo da Comunidade Intermunicipal para a promoção turística em ações já realizadas é de 1 milhão de euros e será igualmente de 1 milhão de euros para as operações previstas para os próximos dois anos. Informou que está em reflexão a terminologia escolhida para referenciar o produto turístico integrado, Ria de Aveiro.

Relativamente aos transportes, informou que a CIRA vai entrar na operação municipal e intermunicipal, numa competência nova, que entendemos como uma mais-valia, nas opções que queremos tomar.

Informou que se irá rever o Plano UNIR@Ria – Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, que precisa de atualização, de incorporar as questões das alterações climáticas e o atual desenho da NUT III, incluindo o Município de Anadia, que à data não pertencia. Concluiu, convidando os Membros da Assembleia para o Congresso da Região de Aveiro.

José Matos (Estarreja) propôs alargar a rede de ecovias na região, considerando que já temos algumas implementadas, com enorme sucesso e impacto junto da população.

Fernando Nogueira (Aveiro) recomendou que no quadro da distribuição da taxa do realizado, por rúbrica, é necessário algo mais concreto para aferir o caminho feito, designadamente, os indicadores de realização e de resultado, que são muito importantes e terão efeitos na construção da nova estratégia.

Filipe Teles (Universidade de Aveiro) considerou que a centralidade da Ciência era incontestável no quadro anterior; nesta estratégia não desaparece, mas foi reformulada. Sobre a avaliação da atual estratégia, informou que se está a avaliar o que foi implementado, recordando

que na estratégia não existem indicadores quantitativos e que a avaliação será feita de forma qualitativa.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que no atual quadro comunitário, só em situações excecionais, é que há financiamento para vias ecológicas fora do espaço urbano. A Grande Rota da Ria de Aveiro tem previstas ciclovias urbanas e lúdicas, para uma maior fruição do valor ambiental do território.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) congratulou-se por estar a ser debatido um assunto onde todos sentimos que vamos evoluir, considerando que a Universidade de Aveiro traz a ciência e o ensino ao terreno.

Tomado conhecimento da Estratégia da Região de Aveiro para o QFP Europa Pós-2020.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Turismo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se mantém o sentido das deliberações anteriores, com uma exceção, o das Associações de Bombeiros e com uma decisão favorável numa área nova, do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, com a perspetiva de licenciamento de transporte turístico na Ria.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Toni Martins (Sever do Vouga) considerou que nas questões turísticas a CIRA está muito focada na Ria e nos Municípios mais a litoral, e importa relembrar e sensibilizar que a região não é só Ria, também temos o Rio Vouga e as praias fluviais.

Nuno Barata (Oliveira do Bairro) referiu que teve dúvidas da obrigação de algumas destas votações e questionou qual a razão de se ter de votar para 2020 as competências já assumidas para 2019. Agradeceu ao Secretário Executivo Intermunicipal os esclarecimentos e as diligências tomadas.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que no histórico de 20 anos, o Município que mais investimento recebeu, em nome da coesão, foi Sever do Vouga. Reiterou que está em reflexão o nome do produto turístico, se vale a pena manter a designação de Ria de Aveiro.



António Martins

Sobre a questão das votações considerou que a política deve ter primazia sobre o jurídico, não havendo uma verdade absoluta, há uma verdade política e opções políticas tomadas. Por precaução, e após diligências, decidiu-se pela votação.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Turismo, para que a CIRA assuma em 2020, as novas competências na área do Turismo, previstas no Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, aprovada por unanimidade.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Justiça.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Justiça, para que a CIRA não assuma em 2020, as novas competências na área da Justiça, previstas no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 28 de novembro, aprovada por maioria, com 8 votos contra, dos Membros António Jorge Pereira de Oliveira; António Dias Oliveira; David Faria Pereira Oliveira; Sara Sandra Resende Tavares; Pedro Machado Pires da Rosa; Fernando Manuel Martins Nogueira; António Pedro Oliveira Martins; Beatriz Manuel Lourenço Soares e 1 abstenção, do Membro Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área dos Fundos Comunitários e Captação de Investimento.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área dos Fundos Comunitários e Captação de Investimento, para que a CIRA assuma em 2020 as novas competências na área dos Fundos Comunitários e Captação de Investimento, previstas Decreto-Lei n.º 102/2018, de 28 de novembro, aprovada por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área das Associações de Bombeiros.

Não houve pedido para o uso da palavra.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área das Associações de Bombeiros, para que a CIRA assuma em 2020 as novas competências na área das Associações de Bombeiros, previstas no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 28 de novembro, aprovada por unanimidade.

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

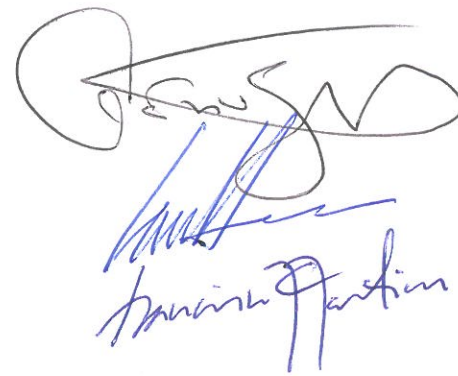
Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação, para que a CIRA assuma em 2020 as novas competências na área da Educação, previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, aprovada por unanimidade.

Ponto 7 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde, para que a CIRA não assuma em 2020 as novas competências na área da Saúde, previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, aprovada por maioria, com 8 votos contra, dos Membros António Jorge Pereira de Oliveira; António Dias Oliveira; David Faria Pereira Oliveira; Sara Sandra Resende Tavares; Pedro Machado Pires da Rosa; Fernando Manuel Martins Nogueira; António Pedro Oliveira Martins; Beatriz Manuel Lourenço Soares, e 1 abstenção do Membro Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto.

Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Transporte em Vias Navegáveis Interiores.



Não houve pedidos para o uso da palavra.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, para que a CIRA assumira em 2020 as novas competências na área do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, previstas no Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril, aprovada por unanimidade.

Foi apresentada uma declaração de voto dos representantes da Assembleia Municipal de Anadia, nos seguintes termos:

“No passado dia 09 de setembro a Assembleia Municipal de Anadia aprovou, a pedido do Conselho Intermunicipal da Comissão Intermunicipal da Região de Aveiro e após diligências da Srª Presidente da edilidade no sentido da proposta ora votada ser aprovada pelo executivo camarário e levada para discussão e eventual aprovação à Assembleia Municipal referida.

Não conhecemos que os três maiores rios que atravessam o concelho de Anadia sejam, por ora, navegáveis, pelo contrário os seus caudais são exíguos até para que na maior parte do ano exista água corrente.

Contudo, e numa atitude de solidariedade política, não deixámos de aprovar o solicitado. Dito de outra maneira aprovámos algo que tem a ver com outros municípios, porque fazemos todos parte do mesmo barco!

SE o assunto tivesse ido à Assembleia Municipal de sexta-feira passada teria corrido o risco de ser chumbado.

E tudo porque chegou ao nosso conhecimento que, sem qualquer convite aos Presidentes dos Concelhos de Anadia e Mealhada, os Srs Presidentes das Câmaras Municipais de Águeda e Oliveira do Bairro decidiram intentar ações cuja finalidade é recorrer ao apoio do poder central para a limpeza do rio Cértima e da Pateira de Fermentelos.

Que o rio necessita de limpeza também sabemos em Anadia. Aliás sem qualquer apoio e sem contar com as intervenções diretas, o município gastou nos últimos anos mais de 150 mil euros;

Que os Srs Presidentes das Câmaras Municipais de Águeda e Oliveira do Bairro conhecem que o rio Cértima nasce no Concelho de Mealhada e atravessa de sul para norte todo o Concelho de Anadia, não duvidamos;

Por isso não deixamos de estranhar as atitudes destes dois autarcas cuja solidariedade institucional e política neste particular deixa muito a desejar.

Por último: votámos favoravelmente a intenção do Conselho Intermunicipal da Comissão Intermunicipal da Região de Aveiro, por solidariedade convosco e com a nossa Assembleia Municipal.”

Ponto 9 - Apreciação e Votação da 2ª Revisão ao Orçamento/GOP 2019.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que esta revisão está relacionada com a necessidade de uma dotação plurianual para lançar o Concurso Público para a Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular, por modo rodoviário na Região de Aveiro e com a introdução de um novo projeto, de revisão do UNIR@RIA, com uma diferença no atual desenho geográfico da região e com uma abordagem global e integrada do território.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) considerou que na questão dos transportes, os concelhos de Oliveira do Bairro e Anadia têm o benefício de passar pelo seu território a principal linha de caminho de ferro e questionou a opção da CIRA de não integrar a ferrovia no PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, ao contrário de outras Comunidades Intermunicipais que o fizeram, o que significa que as estas populações não podem ter o benefício do desconto, em média de 50%.

O Presidente do CI informou que se tem dado sugestões aos utentes para a resolução do problema dos descontos. Informou, igualmente, que se irá terminar a avaliação do PART até ao final do ano e será necessário discutir e desenhar a aplicação do PART para o próximo ano.

2ª Revisão ao Orçamento/GOP 2019, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos Membros António Jorge Pereira de Oliveira; António Dias Oliveira; David Faria Pereira Oliveira; Sara Sandra Resende Tavares; Pedro Machado Pires da Rosa; Fernando Manuel Martins Nogueira; António Pedro Oliveira Martins; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto.

Ponto 10 - Apreciação e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2019.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que esta alteração está relacionada com duas situações que se pretendem resolver, designadamente, um posto de trabalho na área da contratação pública, onde não temos recursos e um posto de trabalho na área da gestão.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

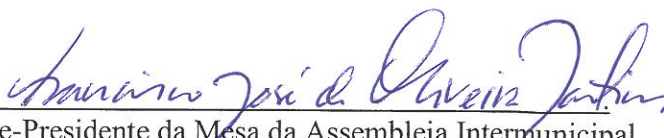
*Alteração ao Mapa de Pessoal 2019, aprovada por maioria, com oito abstenções, dos
Membros António Jorge Pereira de Oliveira; António Dias Oliveira; David Faria Pereira
Oliveira; Sara Sandra Resende Tavares; Pedro Machado Pires da Rosa; Fernando Manuel
Martins Nogueira; António Pedro Oliveira Martins; Beatriz Manuel Lourenço Soares.*

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

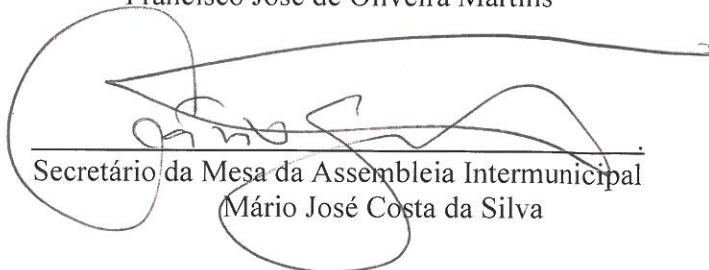
Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva

